

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO IX - Nº 144 - 1ª QUINZENA DE DEZEMBRO DE 1997 - R\$ 1,00

*Receita do governo
e dos capitalistas
para a crise:*

*A Resposta
Operária
deve ser:*

Recessão

Desemprego

*Aumento de
Impostos*

*Cortes na
educação*

Abaixo o pacote e o plano do governo!

Não pagamento da dívida externa!

Ruptura com o imperialismo!

**Estatização do sistema financeiro,
sob controle dos trabalhadores!**

Nenhum imposto aos assalariados!

**Que os capitalistas paguem a
conta da crise!**

**Escala móvel de salários, para
proteger os assalariados!**

**Fim das demissões! Estabilidade
no emprego para todos!**

**Escala móvel das horas de trabalho,
para que todos possam trabalhar!**

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

Os setores de autopeças, forjaria e parafusos tentam encontrar uma proposta de consenso para ser apresentada aos patrões. Os patrões querem reduzir a jornada de trabalho e os salários em 25% durante 3 meses,

como forma de conter custos e evitar demissões e transformar as férias coletivas em licença remunerada. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Paulinho (Força Sindical), admite a redução salarial, porém, menor que os 25% e quer um período maior de estabilidade no emprego e saber como os trabalhadores recuperam esse dinheiro depois. O presidente da FEM (Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT, acredita que a jornada anual flexível é uma alternativa viável e é preciso vontade política dos empresários para apertar o Governo

O caminho das lutas

* Metalúrgicos da Continental (segundo os operários mais de 450) foram demitidos.

* Metalúrgicos da Metalrio são demitidos.

* Operários demitidos da Kronas, em São Bernardo do Campo continuam acampados em frente à fábrica.

* 375 Metalúrgicos da Nordon (equipamentos para cervejaria), em Santo André, foram demitidos.

* Gráficos na Formidigi e na Interprint - trabalhadores ameaçados com desemprego.

* Padeiros de São Paulo reivindicam 5% de produtividade, reposição das perdas salariais e PLR de 15% por semestre.

* Vigilantes da Cromart, na Secretaria Municipal de Saúde, ameaçam greve por falta de pagamento do salário de novembro e

primeira parcela do 13º.

* Carteiros fazem assembleia para discutir Participação no Lucro ou Resultados.

+ Portuários de Santos em greve total contra a intervenção da administração portuária sobre o direito na escala dos chefes de operações e não remuneração do trabalho feito pelos operários portuários.

* Funcionários da Fiocruz (Fundação Instituto Oswaldo Cruz), no Rio de Janeiro, realizam ato público contra o "pacotão da demissão". O corte de verbas federais na área de ciência e tecnologia prevê demissão de 2109 (66%) dos funcionários da fundação. O corte de R\$ 37 milhões no orçamento de 97 paralisou a produção de vacinas, medicamentos e o controle de qualidade.

A Luta do Movimento Camponês

Os trabalhadores rurais sem-terra iniciam em dez capitais brasileiras cobrança da pauta nacional de reivindicações entregue a FHC e que já deveria ter sido cumprida; como o dinheiro do Proceca (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) a ser liberado pelo Banco do Brasil; reajuste no crédito-habitação; prolongamento da dívida agrícola. O Banco do Brasil ganha 5% para repassar os recursos ao MST e ainda cobra 2% de assistência técnica e outras taxas indevidas no financiamento, forçando os sem-terra a adquirir seguros e cartões de crédito.

As terras recebidas de empresários como pagamento de dívidas do INSS consideradas "inapropriadas" para reforma agrária serão destinadas ao Banco da Terra a partir de janeiro de 98 que concederá financiamento até R\$ 15 mil para compra de terra pelos pequenos produtores.

* sem-terra ocupam sede do Incra em Campo Grande-MS, exigindo o cumprimento da pauta de reivindicações e o assentamento dos acampados em Itaquiraí e Jaguari.

* Sem-terra expandem ocupação de área disputada pelo Incra e e três fazendeiros na região próxima à Reserva Florestal de Poço das Antas, entre os municípios de Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Araruama, no Rio de Janeiro.

* Sem terra de sete regiões do estado de São Paulo: Pontal, Promissão, Andradina, Barretos, Itapeva, Rancharia e Grande São Paulo fazem acampamento em frente à sede do Incra, exigindo liberação do dinheiro do Proceca e regularização de acam-

pamento de 4 anos em Paulicéia cuja área já foi desapropriada.

* Cerca de 250 sem-terra bloqueiam a Rodovia Francisco Alves Negro (SP-258), que liga São Paulo ao Paraná após conflito com PM em ação de despejo. Foram presos 50 sem-terras por desobediência e porte de arma. Foi apreendida uma espingarda e dezenas de facões, foices e facas.

* Sem-terras despejados de fazenda às margens da BR-464 ocupam prefeitura de Santa Vitória, Minas Gerais, reivindicando remédios e alimentos. Polícias cercam a prefeitura e sem-terras deixam o local.

* Sem-terras acampam na área externa da Secretaria da Agricultura no Recife e entram em confronto com Batalhão de Choque da Polícia Militar. Pelo menos 9 sem-terras ficaram feridos, entre eles, um menino de 12 anos. Acampados há 4 anos, os sem-terras reivindicam regularização de três áreas na Gameleira, Cabo e Escada, parte do programa estadual de reforma agrária chamado "Terra e Comida".

* 180 famílias de sem-terras ocupam a Fazenda Dois Irmãos, em Buíque, PE

* Cerca de 500 sem-terra fazem ato público em Petrolina, PE, reivindicando melhores condições para os assentamentos.

* Sem-terra ocupam sede do Incra, em Goiânia, e o superintendente pede demissão. Hastearam sua bandeira e armados de foices, machados e facões exigem o assentamento de 1000 famílias no Estado este ano.

* Cerca de 6 mil trabalhadores rurais ocupam sede do Incra em Marabá, PA e fazem quatro reféns.

* Sem-terra ocupam fazenda Rodeio, em Martinópolis, SP, para exigir a retirada do ex-proprietário Heráclito Macedo e o assentamento das famílias. Tomam as armas (cartucheira, revólver 32 e uma carabina 38) em poder de dois seguranças e as entregam à polícia.

* 200 famílias de sem-terra ocupam Fazenda Floresta, em Promissão, no Pontal do Paranapanema, para negociar desapropriação da área improdutiva.

* Trabalhadores rurais acampam em praça na cidade de Belém, PA, contra decisão da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) de retirá-los da reserva indígena das tribos iembé, timbira e caapor, em Garrafão do Norte, PA, onde estão instalados há 10 anos.



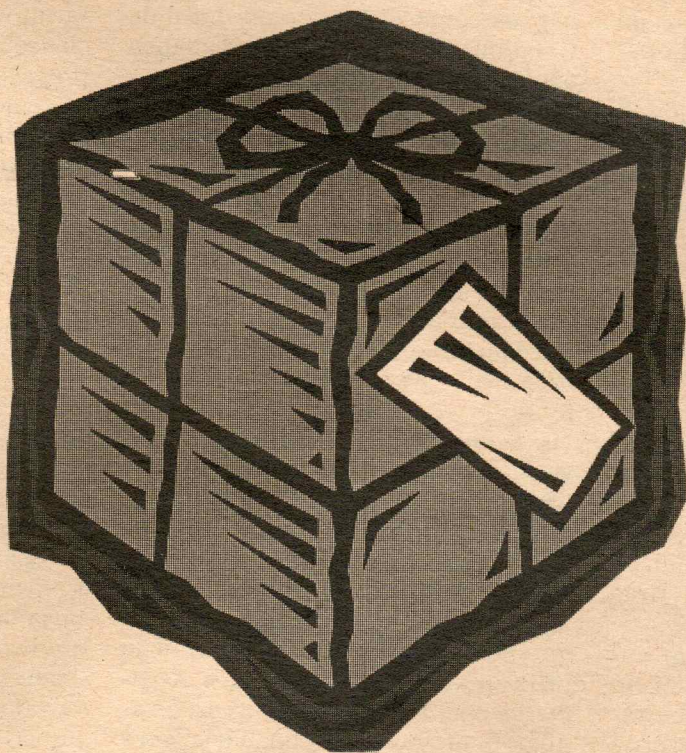
O pacote FHC é de desemprego, fome e miséria

Organizar a luta unitária e nacional contra o governo dos capitalistas

Desde que foi implantado, o plano Real e, artificialmente, a inflação controlada, a burocracia sindical e os reformistas do PT vêm dizendo que os trabalhadores não querem lutar. Enquanto isso, o desemprego tem crescido e os acordos salariais têm sido abaixo do índice inflacionário. O governo se viu de mãos livres para implantar suas reformas antinacionais, de fome e miséria. Os capitalistas, por sua vez, se sentiram livres para demitir em massa. A classe operária e demais explorados ficaram à mercê da crise capitalista e da bárbara política econômica do governo pró-imperialista.

É nesse quadro que o estouro da crise internacional nas Bolsas de Valores atingiu o Brasil. De imediato, o governo dobrou as taxas de juros e lançou um pacote de 51 medidas. Resultado: mais desemprego e arrocho salarial. Não bastando, o governo aproveitou-se da conjuntura para impor a quebra da estabilidade do funcionalismo e impulsionar as privatizações.

E qual foi a atitude do PT e da burocracia sindical da CUT? Foi de compreensão para com o governo vendilhão, corrupto e antipopular. As críticas ao pacote não passaram de demagogia. E, no Congresso, os parlamentares reformistas se mostraram reféns da maioria governamental, que aprovou a orientação de demitir 33 mil funcionários públicos. E o que dizem as lideranças sindicais? Dizem que os trabalhadores não querem lutar. Na verdade, a classe operária está acoçada, por um lado, pelo desemprego, que certamente a atemoriza. E, de outro, acoçada pela política da oposição colaboracionista do PT e seus aliados na Frente Popular. A Força Sindical, braço direito do sindi-



calismo, não surpreende a ninguém com suas atitudes pró-governo.

Como se vê, o problema não está apenas no receio dos trabalhadores frente a situação difícil. Mas principalmente na ação desmobilizadora e traidora da burocracia sindical. Não é por acaso que nenhuma resposta séria foi dada pela CUT ao pacote. Não se realizou um trabalho de propaganda, agitação e mobilização contra o governo. Pelo contrário, admitiu-se que FHC não teria outra atitude a tomar e que o problema se resumia na adoção de um Plano alternativo, elaborado pelos reformistas. É exatamente nas conjunturas difíceis que o papel das direções do movimento operário e popular mostra toda sua importância.

A crise capitalista vem se arrastando, o desemprego crescendo e as massas empobrecendo. A atuação das direções deveria ser a de preparar constantemente os trabalhadores para o enfrentamento às violentas

medidas dos capitalistas. Só assim os trabalhadores irão superando os temores e ganhando confiança em suas próprias forças. Mas as direções burocráticas e traidoras fazem justamente o contrário: desorganizam o movimento, utilizam-se dos temores ao desemprego e colaboram com o governo dos capitalistas. Isso explica em grande parte porque FHC

pode, tranquilamente, dizer que se surpreendeu com a compreensão do povo brasileiro.

Sem a organização de um movimento revolucionário da classe operária, a crise capitalista e o governo próimperialista esmagarão a vida dos trabalhadores

Quando o desemprego atinge um milhão e quatrocentos mil, somente em São Paulo. E quando, nessa situação, os capitalistas podem demitir de uma só vez 400, 500 ou mais operários, é porque a barbárie anda solta. Ocorre que os efeitos do pacote ainda estão por

NACIONAL



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

vir. Assim, é previsível as contundentes conseqüências sociais. Sabemos, também, que as medidas adotadas apenas amenizarão temporariamente a marcha da desagregação capitalista. O pior está por chegar. Não se trata de uma visão catastrofista, mas sim o que a realidade presente da crise mundial está demonstrando.

O desemprego no Brasil sempre foi altíssimo. O avanço da crise de superprodução e parasitismo financeiro, combinada com a renovação tecnológica em alguns setores chaves, imporá uma taxa de desemprego até então desconhecida. Junta-se a isso o rebaixamento geral dos salários e o empobrecimento da classe média. Devemos aguardar uma situação diferente dessa? Tudo indica que não.

O problema que a classe operária tem em mãos é se vai se contrapor com a mobilização unitária e nacional ao capitalismo e seu governo, ou se vai permanecer imobilizada. Para a burocracia sindical traidora, há que se esperar que os próprios capitalistas solucionem a crise ou amenizem seu impacto sobre a vida das massas. Apresenta como alternativa "votar bem nas

próximas eleições". Ou seja, apoiar a frente ampla oposicionista burguesa. Ou então negociar quimeras com o patronato. Para os lutadores, trata-se de utilizar os meios grevistas, ganhar as ruas, preparar ocupações de fábrica, bloqueios etc. Trata-se de se formar os comitês de base por local de trabalho, regiões e organizar a aliança operário e camponesa.

Por um programa antiimperialista e anticapitalista

A crise do capitalismo é estrutural; é mundial. A burguesia e seu governo não têm outra saída senão comprometer ainda mais a economia nacional com o imperialismo e sacrificar a existência das massas. Pretender reformá-lo, como advoga o PT, é uma farsa e uma arma política para desviar a classe operária da luta por um programa antiimperialista e anticapitalista. Não é por outro motivo que os reformistas se submetem às decisões do parlamento, que não passa de um antro oligárquico e de corrupção. Enquanto esse programa e orientação pró-capitalistas dominarem o movimento operário e dos demais explorados, a ofensiva da barbárie será inevitável.

Para enfrentarmos a muralha da burocracia e superar o atraso do movimento social, é necessário a ampla defesa de medidas revolucionárias. A resistência à desintegração da economia e seus efeitos catastróficos começam pela defesa radical do emprego, salário e das terras aos camponeses e pela total ruptura com o imperialismo, que envolve o poder das multinacionais, a dívida externa e interna e o controle do comércio exterior.

A bandeira de controle operário da produção e entrega das terras aos camponeses pobres está de acordo com a situação objetiva. Esse é o caminho da luta pelo poder do Estado e pela expropriação geral da burguesia, sem o que o esmagamento capitalista continuará avançando. A classe operária compreenderá esse programa e o tomará em suas mãos, se o defendermos a partir de suas necessidades de emprego e salário. E não há como defender o emprego a todos sem que seja através da redução das horas de trabalho, sem redução dos salários, pelo método da escala móvel das horas de trabalho.

Esse programa está em total contraposição às medidas de flexibilização do trabalho, redução da jornada com redução salarial, demissões voluntárias, câmaras setoriais, redução dos impostos dos capitalistas e outras desgraças aceitas pela burocracia sindical.

Assim, chamamos os trabalhadores a abrirem os olhos frente à política dos reformistas do PT e da burocracia sindical, que inclui a Força Sindical. Trata-se de organizar um movimento revolucionário contra o governo pró-imperialista e seu regime de opressão social. Se nos demitem, ocupemos as fábricas. Se rebaixam os salários, pararemos o país com a greve geral e sairemos às ruas.

Nós trabalhadores temos nossas armas para combater os exploradores e também nosso programa. O que precisamos é usá-las! Também temos nosso objetivo de poder, que é o governo operário e camponês. Trata-se de defendê-lo!

Quebrada a estabilidade do funcionalismo. Lutemos para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular

A Câmara dos Deputados aprovou o fim da estabilidade do funcionalismo. Pelo projeto aprovado, os governos federal, estaduais e municipais poderão demitir para alcançar 60% dos gastos com pagamento de salários. E ainda poderão se utilizar de "avaliações" de desempenho para demitir ainda mais.

Com isso, está aberto o caminho para a demissão de dezenas de milhares de funcionários.

Está colocada a necessidade do funcionalismo reagir com uma dura luta contra o governo, para defender o emprego. Caso contrário, os funcionários vão engrossar o exército de desempregados, que continua crescendo no país.

A direção da CUT e dos sindicatos tem se limitado às manifestações de pressão parlamentar. Esse caminho já se provou sem perspectiva e inócuo.

A demissão de funcionários é parte do plano antinacional e antipopular de FHC. Trata-se de mais um mecanismo para livrar o Estado de gastos, para que possa continuar a sustentar o parasitismo financeiro manietado pelo capital internacional.

Por isso, trata-se de organizar a unidade na luta dos funcionários, e destes com o conjunto dos assalariados, sem-terras, estudantes num movimento unitário pela derrubada do plano antinacional e antipopular de FHC.



A crise das Bolsas abalou, mas não alterou o quadro eleitoral

O quadro de manobras das candidaturas não sofreu grandes alterações depois que se instalou a crise das Bolsas. O que mais chamou atenção foi o fato da imprensa dar cobertura à idéia de que o PFL estaria voltado à popularidade de Antônio Carlos Magalhães. A razão disso está no temor de que a candidatura de FHC passou a correr risco frente aos novos acontecimentos. A queda nos índices de aceitação do governo, segundo as pesquisas de opinião, criou apreensão no interior da coligação PSDB/PFL. Entretanto, uma candidatura substituta de FHC, por hora, não vai além de especulação. Serve de pressão e contrapressão entre os partidos da burguesia, temerosos quanto ao aprofundamento da crise mundial das Bolsas.

Aguarda-se com expectativa um posicionamento do PMDB, que está dividido entre apoiar FHC ou lançar candidatura própria. A aprovação por maioria na reunião da comissão política de apoio a FHC demonstrou que os governadores estão contrários à tese da candidatura própria. Entretanto, o setor favorável à ruptura da aliança se sentiu fortalecido diante do impasse do Plano Real. Acredita que, na Convenção, a balança penderá em favor da candidatura própria. Seja como for, o importante é que o PMDB se mostra refém do governo federal, ou seja, de sua política pró-imperialista.

No campo da oposição, continua a confusão. Uma parcela alimenta a idéia de uma candidatura advinda do PMDB. Advoga-se que teria o mérito de se constituir uma frente ampla oposicionista. Ou seja, um aparato com maior potencial eleitoral. Explica-se assim que a presença do PMDB é essencial. Nessa linha, inclui-se o PCdoB e o PSB. Os estalinistas mostram-se refratários à candidatura de Lula pelo fato desta estreitar o espectro frentista. Ainda que Lula se disponha a fazer qualquer tipo de aliança com os partidos da burguesia, que se coloque na oposição, não anima o PCdoB e PSB. Estes avaliam que a frente possível em torno de Lula seria estreita e não teria capacidade eleitoral.

A frente ampla dos estalinistas é aquela em que uma parcela descontente da burguesia nacional colocaria força e a potenciaria. Teme-se que uma frente burguesa

oposicionista sem a burguesia se despedaçará contra a aliança montada em torno do continuísmo. A frente do PT, PDT, PSB e PCdoB não conseguiria atrair a almejada fração burguesa considerada nacionalista e progressista. Com o PMDB na linha de frente, a situação poderia ser outra.

A cisão no chamado "campo democrático e popular", do qual não se fala mais, tem golpeado o lançamento da candidatura Lula. O caudilho aceitou uma terceira disputa com a condição de que fosse apoiado pela frente ampla. Como se vê, o PT também advoga o ponto de vista da frente ampla. O grande problema está em como constituir tal aliança. Com a divisão do PMDB entre oposicionista e situacionista, as dificuldades para constituição de tal frentismo se complica. O PT não estaria em total desacordo em compor com o PMDB, desde que se preenchesse algumas condições de nome. Por exemplo, José Dirceu chegou a expressar simpatia pela candidatura de Requião.

O PT tem marcado uma Convenção para referendar definitivamente a candidatura de Lula. Há aqueles que apregoam o seu adiamento em função das manobras ainda em curso. A intenção é de manter as portas abertas para a tal da frente ampla com o PMDB. Por outro lado, o PDT está

cada vez mais ansioso porque conta com a vice-candidatura de Brizola numa chapa com Lula. Qualquer interferência nesse quadro frentista, poderá modificar o lugar do PDT. Eis por que Brizola exige uma rápida definição do PT.

Esse vaivém e as vacilações resultam da incapacidade dos partidos oposicionistas atraírem uma fração capitalista que lhes dê clara sustentação. O jogo dos nomes expressa esse problema. Antecipadamente, temos uma radiografia de como funciona a democracia e o eleitoralismo burgueses. Os partidos necessitam refletir os interesses da burguesia e demonstrar capacidade política para dirigir o Estado. O que quer dizer capacidade para arrastar as massas operárias, camponesas e de classe média urbana por detrás da estratégia de sustentação do capitalismo.

O partido revolucionário rechaça e combate a via da frente popular, por se constituir num instrumento que leva os explorados a se submeterem aos exploradores. Criticamos as correntes de esquerda que se colocam no campo do eleitoralismo radical. E chamamos à constituição de uma Frente Revolucionária Antiimperialista, que expresse a unidade das massas oprimidas, sob a direção do proletariado, para travar a luta antiimperialista, que se concretiza hoje no combate para pôr abaixo o pacote e o plano antinacional e antipopular de FHC.



Enquanto os trabalhadores sofrem as consequências do pacote e plano do governo, as correntes de esquerda pregam a frente eleitoral. Nada disso! Construamos a Frente Revolucionária Antiimperialista!

Nacional



A posição do reformismo petista, da esquerda interna ao PT e do estalinismo

Nacional



Nos períodos eleitorais, fatalmente ressurgiu a formulação da tática frentista entre as correntes ditas de esquerda. O PT reformista começou formulando a tática da frente popular, que implica submeter as organizações operárias, como os sindicatos, a uma aliança com setores da burguesia. A Frente Brasil Popular, que deu sustentação às duas candidaturas de Lula, contou com a participação do PCdoB, PSB, PSTU e colateralmente do PDT (segundo turno).

O balanço da posição majoritária petista é de que tal frente foi muito estreita. O que quer dizer isso? Quer dizer que não fizeram parte dela partidos burgueses opositores ou frações de tais partidos, como é o caso do PMDB e PSDB. No caso desses dois partidos, os ideólogos do reformismo se referem à frações progressistas. A partir daí, o PT começou a abandonar a denominação de Frente Popular e assumir a de Frente Ampla. Com isso está indicando que pretende uma frente que tenha a presença física de uma importante fração burguesa. Uma frente burguesa sem a grande burguesia, como se configurou a frente partidária nas duas últimas eleições presidenciais, encabeçada por Lula, é tida como prejudicial pelos reformistas. Trata-se, para eles, portanto, de atrair um setor capitalista. Essa é a orientação. O problema está em que a crise política não amadureceu o su-

ficiente para o deslocamento de uma fração que necessitasse da frente proposta pelos reformistas. Está aí a dificuldade do PT concretizar sua resolução de frente ampla, aprovada no último Encontro Nacional.

O PCdoB galgou a frente popular do PT para se organizar minimamente como partido eleitoral. O estalinismo está tão degenerado que não mede esforços para fazer coligações eleitorais com qualquer partido, desde que o ajude no seu objetivo eleitoral. Na situação atual, chegou a mesma conclusão da cúpula petista de que as frentes anteriores estavam esgotadas devido a sua estreiteza.

Em nome da nova conjuntura, marcada pela implantação do Plano neoliberal, o PCdoB sai em defesa da frente ampla. A diferença com o PT está na definição de que partido deve dirigir tal frente. Para uma parcela dos petistas ainda não chegou a hora de se renunciar ao papel principal, por isso a candidatura de Lula continua sendo decisiva. Mas há outros setores do reformismo que já admitem a frente ampla sem ser encabeçada pelo PT.

As correntes de esquerda internas ao PT, como *O Trabalho*, *DS* etc, continuam a apregoar a frente popular sem a presença direta da burguesia. Mas deram um passo à frente na capitulação frentepopulista ao passarem admitir a presença do PDT, antes rejeitada. Certamente, aceitam a frente ampla desde que o PT seja a coluna vertebral.

De nossa parte, cabe entender esse fenômeno para demonstrar a traição do reformismo, cuja importância está em dirigir a CUT, e a capitulação das esquerdas internas ao PT. O estalinismo é um representante de posições contrarrevolucionárias no movimento operário. A tática da frente ampla é a mesma da frente popular. O que conta é seu conteúdo de colaboração de classe, que na situação atual implica na busca de um setor da burguesia que, por ventura, esteja descontente com os rumos da política econômica do governo FHC.

A posição da esquerda dita trotskista

Falamos de duas correntes: PSTU e PCO. Elas se colocam sob a bandeira de frente de esquerda. Para o PSTU a tal frente tem por finalidade assegu-

rar a candidatura de Lula. Entende que essa frente não deve conter partidos da burguesia. Assim constaria fundamentalmente o PT, PCdoB, PC e o PSTU. E faz a defesa de um programa mínimo, que não se distancia muito da plataforma originária do PT. Apesar de defender essa frente, não se negou em participar da Frente Brasil Popular.

Diante da vacilação do PT em sustentar a candidatura de Lula, o PSTU se coloca como o seu maior defensor. Faz campanha para o PT sustentar Lula e colocar no posto de vice um representante do MST. O que chama atenção nessa posição frentista é o fato do PSTU acabar no final das contas apoiando a Frente Popular, em nome da candidatura de Lula, tida como expressão do movimento operário e popular. O que lhe obriga a apoiar outras candidaturas petistas, estaduais e municipais, que terminam por revelar a política pró-capitalista do PT. Depois o PSTU lava as mãos e radicaliza nas críticas como se não tivesse nenhuma responsabilidade política por um Vitor Buaiz, Cristóvam Buarque etc.

Dá para se observar assim que a tática frentista do PSTU não implica na defesa da classe operária como dirigente da frente e que o objetivo central dessa frente não é o da mobilização revolucionária unitária das massas contra o capitalismo.

O PCO, como dissemos, formula a mesma tática de frente das esquerdas. Procura-se diferenciar do PSTU com o esquerdismo verbal sobre o programa e a democracia. No passado, não entrou na Frente Popular mas a apoiou eleitoralmente. Para isso fez uma curiosa explicação. Ou seja, que se tratava de apoiar a candidatura de Lula como referência do movimento operário e não a Frente Popular. Na ocasião, mostramos o malabarismo desse argumento para os centro-esquerdistas justificarem sua adaptação eleitoral ao frentepopulismo.

Temos observado que o PCO acompanha os passos do PSTU, procurando estabelecer diferenças formais. O caso da frente

de esquerda é bem típico. Nem bem o PSTU desfraldou a bandeira de Lula com vice do MST, PCO saiu atrás mancando. Lançou a bandeira de "candidaturas operárias e camponesas", dirigida sem dúvida à frente de esquerda com o PT. Esse chamado é

uma obscura defesa da candidatura de Lula, que no PSTU aparece com toda clareza.

O PCO continua a dizer que a candidatura de Lula "expressa em alguma medida a presença da classe operária e dos sindicatos no terreno eleitoral". É claro que ameniza com a explicação de que a candidatura de Lula "está longe de ser uma real expressão da independência política da classe operária mesmo no terreno eleitoral". Nota-se que PCO evita dizer que a candidatura de Lula expressa a política de frente com um setor da burguesia contra o proletariado e as massas oprimidas.

Não é por acaso que passou a denominar a frente burguesa oposicionista, pretendida pelo PT, como "frente antidemocrática". É uma forma de desviar atenção do problema central, pois nenhuma frente burguesa é democrática. Trata-se da expressão política dos interesses capitalistas, que em última instância tem por detrás a ditadura de classe da burguesia. A essência que PCO esconde é que o PT e a candidatura de Lula não podem expressar o movimento operário.

O chamado a uma campanha "Por uma frente das esquerdas e a democracia" é uma forma de PCO defender

a candidatura de Lula, tendo por base a análise de que seus aliados estão procurando desmoralizá-lo.

A frente que se coloca

Os reformistas do PT, representados pela burocracia sindical no movimento operário, trabalham incessantemente pela divisão dos explorados. De forma alguma apregoam e praticam a frente única sindical. Ao contrário, são divisionistas por excelência das bases. Sua defesa de frente com a burguesia é compatível com sua política de atomização do movimento operário.

As esquerdas que se reivindicam do trotskismo, por seu turno, lembram-se de fazer campanha por uma frente de esquerda, quando o PT sai a campo em busca de sua frente ampla. Como já dissemos, passadas as eleições não se fala mais em frentes.

A tática frentista revolucionária, opostamente, busca potenciar a ação direta das massas sob a direção da classe operária. A luta por um programa se baseia na mobilização unitária dos explorados. De nenhuma forma procura-se criar a ilusão de que através da via eleitoral e do Parlamento se pode atingir os objetivos da classe operária.

Estamos diante de uma grande ofensiva da burguesia imperialista, que encontra apoio na burguesia brasileira, apesar da existência de conflitos de interesses. A luta contra tal ofensiva se constitui na luta contra o governo FHC e as frações burguesas majoritárias que o sustentam.

Nessa situação, o Partido Operário Revolucionário vem defendendo a constituição de uma Frente Revolucionária Antiimperialista, baseada num programa proletário. O conjunto das esquerdas rechaça essa frente. Particularmente, os ditos "trotskistas" são adversários da Frente Revolucionária Antiimperialista, mas são campeões da defesa de uma frente de esquerda eleitoral dirigida ao PT.

O POR faz um chamado à vanguarda a rebater criticamente as frentes eleitoreiras. E a defenderem a Frente Revolucionária Antiimperialista.

Nacional

Que significa o baixo número de sindicalizados

O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) diz que a taxa de sindicalização mundial diminuiu em menos de 20%. Num total de 1,3 bilhão de trabalhadores, apenas 164 milhões estavam sindicalizados, em 1995.

No Brasil, a taxa de sindicalização é de 16,2%, segundo dados do IBGE. O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo conta com 110 mil sindicalizados de um total de 300 mil operários. Já no ABC, 70% dos metalúrgicos são sindicalizados.

As explicações dadas para a queda na taxa de sindicalização pela burguesia e pelas direções sindicais vão desde o crescente número de desempregados, as modificações nas relações entre capital e trabalho, o desinteresse dos trabalhadores em lutar etc. e apontam novas formas de atuação para os sindicatos.

Os reformistas apostam no assistencialismo para fortalecer os sindicatos. Inventam fórmulas de atrair os trabalhadores com sorteios de automóveis, eletrodomésticos, clubes de lazer, cooperativas habitacionais, criação de fundos de pensão para complementar a aposentadoria, cursos de formação e habilitação profissionais.

As reivindicações básicas dos trabalhadores têm passado pela via democrático-reformista, que propõe

reformas e emendas nas leis trabalhistas. O chamado sindicalismo propositivo atrela as reivindicações ao parlamento burguês e nega a luta e a independência de classe, o enfrentamento direto com o governo e os capitalistas.

As direções sindicais reformistas acabam colaborando com o capital e traindo a classe operária ao aceitar os pacotes de benefícios nas demissões e a flexibilização do trabalho como o banco de horas e redução salarial como garantia de emprego. Os operários desempregados não são considerados mais operários. Contribuem para a intensificação da exploração do trabalho e rebaixamento do nível de vida da classe operária.

O alto grau de burocratização, as disputas aparelhista-gangsteris, o distanciamento das direções em relação às bases, a ausência da democracia operária, a atuação policialesca de delegados sindicais dentro das fábricas afastam e expulsam os trabalhadores dos sindicatos.

Os sindicatos, na fase de desintegração capitalista, ou se transformam em organizações revolucionárias, quando se colocam pela destruição do sistema capitalista, ou se convertem em agentes do capitalismo, com o objetivo de garantir a governabilidade, su-

bordinar e disciplinar os operários numa atitude contra-revolucionária.

A transformação do sindicalismo assistencialista em sindicato de luta para transformação da sociedade é uma tarefa revolucionária.

O fortalecimento dos sindicatos depende da política de suas direções. A constituição de frações revolucionárias apoiadas nas organizações por local de trabalho, comissões de fábricas é o caminho para combater a política colaboracionista da burocracia sindical. A construção de sindicatos que transformem as lutas econômicas em luta política contra o governo antinacional e antipopular, com um programa em defesa da vida dos trabalhadores e explorados, que reivindique o direito ao trabalho, salário mínimo vital, escala móvel de reajuste, escala móvel de horas de trabalho.



Eleições no SINTE-RN:

Mais três anos de colaboração de classes com a burguesia

Educação

As eleições do SINTE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) terminaram com a vitória da Articulação-PT e CSC(PCdoB). Todo o aparato burocrático dos parlamentares petistas foi colocado à disposição da Articulação.

A vitória da chapa "Reinventando a luta" significa a continuação da política de divisão das lutas, da crença nas pressões ao governo como forma de conquista de nossas reivindicações, ataque à democracia operária e o culto ao eleitoralismo. Tanto a Articulação-PT quanto a CSC(PCdoB) sempre procuraram canalizar a insatisfação da categoria para a eleição dos seus candidatos aos cargos parlamentares, contrapondo-se à ação direta de massas, como greves, manifestações e ocupações. É a política burguesa no seio dos trabalhadores.

No seu programa não encontra-se nenhuma proposta de enfrentamento dos trabalhadores em educação às propostas governamentais de destruição da escola pública, como a municipalização, o arrocho

salarial e a demissão (PRODEVIR). Fala-se em "lutar pela escola pública de qualidade para todos", mas o fechamento das bibliotecas não contou com nenhuma mobilização do sindicato. Fala-se em "fortalecer a luta por nosso salário e nosso emprego", mas a diretoria não encaminhou a campanha salarial deste ano e nem se contrapôs ao PRODEVIR. "Continuar a busca pela união com outras categorias", quando as próprias atividades da categoria são divididas.

A CHAPA 2 ERA UMA VARIANTE DA BUROCRACIA DA DIREÇÃO. A chapa do MTS (PSTU) e ASS (PT) não se diferenciava da burocracia petista e estalinista. "Refazendo o SINTE" foi composta por membros da direção do sindicato que não têm diferença em suas práticas sindicais. Sua divisão encontra-se na disputa pelo controle burocrático do sindicato.

O MTS (PSTU) falou em oposição, mas preferiu a aliança com setores da direção (ASS/PT) ao invés das correntes revolucionárias. Neste sentido, a chapa não pôde se apresentar senão com um programa semelhante ao da Articulação: propostas para a educação nos limites do capitalismo e desvinculado da revolução proletária. O salário do DIEESE é manter a fome e a miséria dos trabalhadores. E a "luta pelo socialismo" é uma bandeira tão genérica que se confunde com partidos burgueses como o PSB de Vilma de Farias, que também se dizem socialistas. Isto para não falar na própria Articulação-PT e CSC (PCdoB).

A categoria rechaça as duas chapas

O MTS (PSTU) negou-se a unificar com a oposição, impedindo a formação de uma chapa alternativa com programa revolucionário. Preferiu a aliança com setores da direção buro-

crática. Assim, a Corrente Proletária na Educação (POR) ficou impossibilitada de chamar o voto no MTS (PSTU). Além disso, devido ao obstáculo político burocrático da fixação do número de diretores em 42 e as idéias revolucionárias serem embrionárias entre os educadores, a Corrente Proletária na Educação (POR) não pôde apresentar uma terceira chapa com um programa revolucionário que se constituísse numa verdadeira alternativa. Desta forma, chamamos o VOTO NULO PROGRAMÁTICO com o objetivo de construirmos uma oposição revolucionária na educação.

Defendemos entre os educadores, a escola vinculada à produção social para acabar com a divisão entre a teoria e a prática, sustentada pela divisão social capitalista do trabalho; o salário de 1.800 reais; a diminuição da jornada de trabalho sem diminuição de salário; a estabilidade de todos os trabalhadores contra o PRODEVIR etc. Enfim, defendemos o governo operário-camponês surgido da insurreição das massas como forma política para conquista destas transformações na educação. A ausência de uma chapa com este programa nos impôs a defesa do voto nulo programático.

A política do MTS(PSTU) impediu a formação de uma alternativa. O grande número de abstenções entre os educadores é uma resposta despolitizada à burocratização do SINTE. O POR fez a campanha pela necessidade de se votar, mas rechaçando as duas chapas. A constituição de uma direção principista e revolucionária é a tarefa essencial a ser cumprida para regenerar o sindicato como instrumento de luta coletiva dos trabalhadores.

Palestra e debate do POR:

A Crise nas Bolsas, o Novo Pacote e a Resposta Operária A CRISE MUNDIAL DO CAPITALISMO E SEUS REFLEXOS SOBRE O BRASIL

Domingo, Dia 21 de dezembro, às 15h30min

Local: Rua Clélia, 884, Lapa



Funcionários da Educação - Sobre a reunião de Representantes de Unidades Escolares (RUT'S)

No dia 28/11/97, realizou-se a última reunião do ano, de representantes de escolas, convocada de forma unificada. A última reunião dos RUT'S foi marcada pelo processo de municipalização de várias escolas na cidade de São Paulo, no qual a Secretaria da Educação publicou nos jornais as que seriam municipalizadas.

A primeira consequência da municipalização serão as demissões dos funcionários e professores ACT'S (contrato temporário). A segunda será a demissão dos efetivos e, por fim, a privatização da escola pública.

A municipalização, a quebra da estabilidade e as demissões são uma realidade na vida do funcionalismo público. Falta para nós uma resposta de luta, de enfrentamento com o governo. Mas como fazer isto? Esta pergunta está na cabeça de todos os funcionários da educação, que trabalham na escola e sabem que seu emprego e a sobrevivência de seus filhos estão em jogo.

A Corrente Proletária na Educação vem há 3 anos mostrando a necessidade de impor a política de classe. Para

isto deveríamos convocar assembléias gerais constantes, unidade da classe e acreditarmos em nossas próprias forças para combatermos a política destruidora do governo. Porém, os trabalhadores enfrentam uma forte barreira para combater o governo: a política dos reformistas (Partido dos Trabalhadores) que dirigem o Sindicato; os reformistas da AFUSE arrastaram nestes 3 anos os trabalhadores da Educação a confiarem nos vereadores, deputados e a confiarem até mesmo na possível "democracia" da Secretária da Educação (ela poderia ser "justa"). Chegamos ao final de 1997 ouvindo a mesma desculpa dos petistas (diretoria da AFUSE). Afirmam que a classe não quer lutar, que é melhor esperar as eleições e votarmos certo (nos candidatos do PT, é claro).

A Corrente Proletária, nesta reunião, propôs mais uma vez a Assembléia Geral e unificada com os setores da Educação, apontando assim o método de luta e de ação direta da classe, porém a diretoria do sindicato disse "não é possível convocar assembléia geral neste momento, nem somente a

AFUSE, quanto mais convocarmos as entidades da educação, não temos autoridade para isto". Desta forma enfrentaremos a política do governo mais uma vez, com a participação em uma marcha da CUT, vestidos de camisas azuis para chamarmos atenção para nossa destruição. No final marcharemos para casa com a mesma sensação de derrota que os vários representantes de escolas saíram da reunião, sem caminho e sem luta.

Esta barreira reformista cabe ultrapassarmos, formando a fração revolucionária dentro do sindicato, construindo o programa sindical que expresse a independência de classe. Esta tarefa, pela situação que nos encontramos, deve ser urgente.

EDUCAÇÃO

Vila Socialista:

Há Sete Anos, Um Exemplo a ser Seguido

Em 11 de dezembro de 1990, a tropa de choque do governo Quéricia, com a conivência do então prefeito petista de Diadema, José Augusto, investiu contra os sem-teto, matando 2 trabalhadores: Noraldino Lima e Nilton Frazão, ferindo vários outros companheiros.

A repercussão da violência da polícia e a heróica resistência dos 1200 ocupantes foram acompanhadas em nível nacional e internacional.

O POR atuou desde o início da organização do movimento, mostrando a necessidade da ocupação e da autodefesa. O seu ex-militante Manoel Boni foi o principal organizador dos sem-teto e, por isso, foi duramente reprimido pela polícia e perseguido pela justiça burguesa.

Os ocupantes da Vila socialista deliberaram em Assembléia resistir à invasão policial de forma coletiva. A atitude pacífica em todas as ocupações anteriores resultara por parte da burguesia em violência, expulsão e humilhação dos sem-teto.

A ocupação é por si mesma uma medida de força contra os capitalistas e as leis de proteção da sociedade burguesa, sendo uma legítima defesa dos sem-teto.

A tragédia de classe da Vila Socialista, sensibilizou muita gente, a ponto das divergências quanto ao método de luta não impedirem o apoio dos pacifistas. Entretanto, estes não deixaram de expressar na imprensa seu ponto de vista contrário ao POR (principalmente os parlamentares do PT). Ao mesmo tempo em que rechaçavam a violência

policial, condenavam a resistência, considerando a obra de radicais.

O motivo para este posicionamento está em que ignoram a autodefesa como uma consequência do Estado policial e da ditadura de classe burguesa, que, para disciplinar as massas oprimidas, necessitam da violência reacionária. E que, em contraposição, a autodefesa do movimento é uma violência progressiva, pois responde à necessidade da defesa da vida das massas.

A resistência coletiva teve como resultado a conquista de uma outra área, onde se instalou a Vila Socialista. Foi sem dúvida uma vitória parcial do movimento, mas muito significativa, pois serviu de exemplo para um bom número de mobilizações, iludidas pela linha pacifista do PT nos movimentos de moradia.

A lição que tiramos desta luta é a de que a vitória dos explorados depende não só da resistência isolada, mas fundamentalmente da unidade dos explorados e seu vínculo com o movimento operário.

No capitalismo, sempre uma parcela cada vez maior dos trabalhadores não terá acesso à moradia, à saúde, à educação. Por isto a luta em defesa das condições elementares dos oprimidos deve se voltar para a construção de uma nova sociedade, o Socialismo, onde se acabará definitivamente com a exploração de classe.

Nestes 7 anos, vila Socialista se tornou um marco a ser seguido, levantando bem alto a bandeira dos ocupantes: "Nossa Luta pela Terra, Não se mata, Nem Enterra!".



150 anos do Manifesto Comunista (VI parte)

Exposição do escrito de Engels: "Princípios do Comunismo", que serviu de base para a redação do "Manifesto do Partido Comunista". Damos continuidade à série de artigos que dizem respeito à história do Manifesto Comunista.

Começamos esta VI parte da série de comentários com a pergunta nº 19 dos "Princípios do Comunismo": "A revolução poderá ser levada a cabo em um só país?" Esta é uma das questões essenciais para o marxismo. Engels inicia respondendo que não é possível. O capitalismo é um sistema mundial. E por isso a revolução comunista não poderá permanecer nos marcos nacionais, embora neles se inicie. Sem a universalização das relações comunistas de produção, o proletariado não poderá triunfar sobre a burguesia internacional.

Eis a explicação de Engels: "A grande indústria, pelo simples fato de ter criado o mercado mundial, entrelaçou de tal maneira todos os povos da terra, e especialmente os povos civilizados, que cada um deles depende do que ocorra nos outros. Além disso, nivelou o desenvolvimento social de todos os países civilizados a tal ponto que em todos eles são a burguesia e o proletariado as duas classes decisivas da sociedade e a luta entre elas se converteu na luta fundamental de nosso tempo. Por isso, a revolução comunista não será um revolução meramente nacional, mas levará a cabo simultaneamente em todos os países civilizados, isto é, pelo menos, na Inglaterra, América do Norte, França e Alemanha (...). Esta revolução terá também importantes repercussões sobre os demais países do mundo e contribuirá para modificar e acelerar consideravelmente seu desenvolvimento anterior. Será uma revolução mundial

que se moverá, por isso mesmo, também dentro do âmbito universal."

Estamos diante do princípio fundamental do

internacionalismo proletário. Certamente, as previsões de Engels não se confirmaram, mas nem por isso deixam de ter razão de que não é possível o triunfo do comunismo sobre o capitalismo sem que seja mundial. O fundamental é o reconhecimento de que a economia capitalista criou o mercado mundial e entrelaçou todos os povos de forma que a revolução num dos países afeta os demais. Trata-se da ruptura de um elo da cadeia do modo de produção mundial burguês.

A idéia de simultaneidade da revolução não pode ser tomada no sentido de imediaticidade, mas de interdependência. O que quer dizer que uma revolução num país altamente desenvolvido, como os citados, repercutirá decisivamente sobre os demais. Não é por acaso que Engels, referindo-se à distinta situação de desenvolvimento de cada um dos países, dirá que "em cada um desses países se desenvolverá mais ou menos rapidamente segundo o volume maior ou menor de indústria, de riqueza e de forças produtivas que esse país possua". O importante é compreender que a revolução num determinado país não poderá permanecer isolada. Não se pode tirar outra conclusão que não seja essa. A não ser que se negue o princípio do internacionalismo aqui concebido por Engels.

A destruição do capitalismo como sistema geral de produção é sua substituição pela forma superior comunista implicará em profundas mudanças econômicas e sociais. Econômicas porque libertará as forças produtivas da propriedade privada dos meios de produção. Sociais porque criará um novo homem, uma vez que as classes se extingam e com elas todas as formas de opressão do homem sobre o homem.

A coletivização da propriedade dos meios de produção permitirá um planejamento de acordo com as necessidades humanas. A superprodução, que no capitalismo se transforma em crises e miséria dos trabalhadores, no comunismo não só permitirá atender todas as necessidades mais urgentes como também criará novas necessidades, sem que faltem os meios para continuar o desenvolvimento da ordem social. A indústria ganhará um novo patamar de desenvolvimento e se extinguirá a contradição entre a

cidade e o campo. A agricultura se potencializará e permitirá solucionar todos os problemas básicos de sobrevivência.

Nesse modo de produção altamente desenvolvido, os homens trabalharão e planejarão de forma associada, cujos laços serão da cooperação entre homens livres. Com a extinção da divisão social do trabalho, em que se divide os homens em classe, fragmenta suas faculdades e sua prática, o homem comunista terá integrado a teoria e prática, uma vez que passa a ter controle geral sobre o processo de produção. A educação será totalmente transformada, uma vez que "permitirá aos jovens percorrer rapidamente todo o sistema de produção e os colocará em condições de passar sucessivamente de um ramo de produção a outro, segundo exijam as necessidades da sociedade ou de acordo com suas próprias inclinações". o objetivo de superar a fragmentação das faculdades humanas impostas pela divisão social do trabalho será alcançado através do modo de produção e distribuição da sociedade comunista.

Como se vê, Engels demonstra que o domínio coletivo da produção extinguirá todas as contradições do capitalismo, que aparecem na forma de destruição de forças produtivas, desemprego crônico, miséria e ignorância das massas trabalhadoras. As forças produtivas libertas da ultraminoritária classe capitalista ganharão uma dimensão jamais vista e estarão totalmente a serviço do conjunto da sociedade.

No final de sua exposição da pergunta nº 20 (*Quais serão as consequências da definitiva supressão da propriedade privada?*), Engels assim resume: "A associação geral de todos os membros da sociedade para a exploração comum e planejada das forças produtivas, a extensão da produção no grau necessário para satisfazer as necessidades de todos, o fim da situação em que as necessidades de uns são satisfeitas às custas de outros, a supressão total das classes e seus antagonismos e o desenvolvimento integro e multilateral da capacidade de todos os membros da sociedade mediante a eliminação da divisão do trabalho até agora existente, mediante o ensino industrial, mediante as mudanças de atividades, mediante a participação de todos nos bens criados por todos e mediante a fusão da cidade e campo: tais serão os principais resultados da abolição da propriedade privada".



Os Trotskistas no Brasil

A partir do Massas nº 142, discutimos nesta seção as atuais organizações trotskistas no Brasil. Falamos da OSI (Jornal "O Trabalho") e da Democracia Socialista (Jornal "Em Tempo"). Neste número comentaremos os primeiros anos de existência da "Convergência Socialista" a principal corrente formadora do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

O Nascimento da Convergência Socialista

No início da década de 70, o SWP americano e o PST argentino (de Moreno) constituíram uma fração no interior do Secretariado Unificado da IV Internacional (SU), a Fração Leninista Trotskista, que, logo após terem se colocado a favor do castrismo, como a fração majoritária do SU (Mandel), depois colocaram-se contra o mesmo.

Neste momento um grupo de exilados brasileiros na Argentina forma o Grupo "Ponto de Partida", editando o jornal "Independência Operária", e se colocam como integrantes da FLT.

Em 1974, este grupo de exilados regressa ao Brasil e, junto com militantes oriundos do FBT (dissidência do PORT possadista), formam a "Liga Operária". Neste ano, participa das campanhas eleitorais, apoiando supostos candidatos "socialistas" do MDB. Em 1977, a "Liga Operária" organiza sua Conferência Nacional, colocando-se enquanto *Partido Socialista dos Trabalhadores* (PST). Isto dentro de sua tática de criar um amplo movimento socialista no interior do MDB. Esta tática leva, em 1978, a formação do *Movimento pela Convergência Socialista*, que procura "realizar a síntese de várias correntes que aspiravam o socialismo" com o objetivo de "criar um amplo e democrático partido Socialista no Brasil, usando para isto as leis vigentes no Brasil", sendo seu objetivo estratégico o "socialismo com liberdade", colocando claramente que deveriam "a partir do programa mínimo do MDB substituir o regime militar por um governo provisório, eleito pela frente democrática, e este deve num curto prazo, o mais breve possível, convocar uma Constituinte livre e soberana." (Revista Versus nº 22, 1978). Este documento foi apresentado pela coordenação nacional do *Movimento pela Convergência Socialista* à Convenção nacional do MDB, na qual foi escolhido o General Euler Bentes Monteiro como candidato da oposição à Presidência.

Apesar do imenso trabalho em rebaixar o programa para construir o *Movimento pela Convergência Socialista*, as reuniões deste se resumiam aos próprios militantes do PST, a tal ponto que o PST muda em 1979 seu

nome para *Convergência Socialista*, demonstrando o fracasso de organizar o pólo operário e socialista num único movimento pró-PS.

Quando do início das discussões sobre o PT, passaram a defender nestas um partido amplo e democrático, como propuseram anteriormente, na tentativa de formar o seu PS. É bom não esquecermos que este formato de partido estava sendo aplicado por Moreno na Argentina (com a futura formação do MAS).

Porém, neste momento, precisamos atentar para as mudanças que ocorriam internacionalmente no movimento.

Em 1976, o SWP muda novamente sua posição perante o castrismo, reconhecendo este como uma direção internacional conseqüente, propondo a dissolução da IV Internacional no castrismo. Com isto, rompe-se a FLT, que acaba se dissolvendo. Moreno passa a organizar a Fração Bolchevique e Cristiam Nemo (da LCI francesa), não concordando com a dissolução da FTL, forma uma nova *Tendência Trotskista Leninista*.

Em outubro de 1979, a FB e a TLT constituem com a CI de Lambert um Comitê Paritário, que passa a encaminhar debates conjuntos e a elaborar uma política e práticas comuns, a partir de suas posições sobre o castrismo, sem discutir as questões anteriores como o pablismo. Este processo inicia a unificação das seções nacionais. No Brasil a OSI e a CS. Em dezembro de 1980 é realizada a Conferência Mundial Aberta com delegados de 50 organizações de 38 países, na qual se formalizaria a *Quarta Internacional - Comitê Internacional (QI-CI)*, tendo por base uma longa resolução sobre as discussões realizadas. Mas como esta organização não fora constituída a partir das divergências anteriores à unificação, logo os problemas de fundo começaram a aparecer, a exemplo da avaliação sobre a vitória de Mitterrand nas eleições francesas de maio 1981. Lambert considerará uma vitória da classe operária e Moreno, que inicialmente não se posicionará sobre a questão, passa a se colocar radicalmente contra a posição de Lambert.

Em outubro de 1981, Lambert e Cristiam Nemo realizam uma Confe-

rência Internacional e se funda a *Quarta Internacional - Centro Internacional de Reconstrução (QI-CIR)*, à qual a OSI adere. Já Moreno funda a *Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT)*, à qual adere a CS.

Este racha levou a que, no Brasil, se rompesse um trabalho conjunto no movimento estudantil. Além disto uma parcela da militância da CS passa a polemizar com a direção, questionando a adesão à LIT sem uma discussão mais aprofundada sobre a questão internacional, tecendo também críticas sobre a mudança de linha com relação ao trabalho no PT.

De fato, a partir de 1981, a CS efetuará uma volta de 180º com relação ao PT. Começa a caracterizar o lulismo como uma burocracia historicamente contrarrevolucionária e que não haveria diferença entre Lula e Joaquinção. Além disso, a direção apontava a necessidade de fazer um trabalho de "entrismo" para se fortalecer e se constituir em direção de classe.

Esta política esquerdista da CS será implementada até 1990, quando, confrontada com a regulamentação das tendências no interior do PT, efetuará uma nova guinada, mas isto será tema de nossos próximos artigos. Antes, porém, veremos ainda o aparecimento de Causa Operária.

Movimento Operário



35º Congresso do POR

Realizar-se-á em 7 de novembro, assistirão delegados com voto dos comitês regionais e com voz os militantes que estejam organizados em célula e com suas cotizações em dia, que estejam interessados na discussão.

Circulam os seguintes documentos:

- Que será e o que fará o governo Banzer? (Apontamentos sobre os fatores determinantes)

- Para onde aponta o governo atual?

- A situação política atual e a crise de direção da COB

- Perspectivas da situação política (a na-

ção oprimida está atrasada em relação à classe dominante, que sabe onde vai)

Temário:

1. Informes do Comitê Central. Discussão
 2. Informes dos Comitês Regionais. Discussão
 3. Situação Política. Discussão dos documentos sobre o tema
 4. Vários
 5. Eleição do Comitê Central
- Extraído do Masas boliviano nº 1589*

Ocupação israelense da Palestina completa 50 anos

Em 1947, uma resolução da ONU (Organização das Nações Unidas) determinou a divisão da palestina inglesa entre palestinos e judeus, abrindo caminho para a criação do Estado de Israel, sob protestos dos países árabes. Logo a seguir, a guerra entre judeus e palestinos levou à submissão destes no interior do Estado de Israel. A partir de 1967, os judeus passaram a ocupar também o Sinai e as colinas de Golam, ampliando seu domínio. Em 1977, um acordo de paz entre Israel e Egito levou à devolução do território egípcio ocupado. Por esse acordo, o Egito abandonou os palestinos à opressão israelense. A devolução do território Sírio levou a mais um "acordo" do mesmo tipo. Durante os últimos vinte anos, os palestinos combateram a opressão israelense em busca de sua autodeterminação, muitas vezes apenas com paus e pedras, contra as forças armadas mais bem treinadas do mundo e equipadas com altíssima tecnologia.

Em 1996, um acordo entre o governo israelense e a direção da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) levou ao reco-

nhecimento por estes do Estado de Israel e a concessão de pequenas faixas de terras aos palestinos, que, embora autônomas, permanecem como parte integrante do Estado de Israel.

O Estado de Israel foi criado pela ONU sob tutela do imperialismo norte-americano. Trata-se de um enclave imperialista no Oriente Médio, que serve como ponto de apoio militar na região, extremamente rica em petróleo.

A preservação e o reconhecimento de Israel pelos governos árabes é uma traição aos oprimidos da região. O acordo de paz assinado por Arafat constitui-se numa traição, que pode ser comprovada pela ingerência e ação militar repressiva de Israel dentro das áreas chamadas de "Autonomia Palestina".

Defendemos que os povos árabes tenham o direito à sua autodeterminação, contra a opressão de Israel/imperialismo.

Em defesa dos 50 anos de luta palestina por sua autodeterminação, os revolucionários levantam bem alto suas bandeiras antiimperialistas. Mas alertamos para o fato de que os governos burgueses locais não serão capazes de romper com o imperialismo, submetendo-se a ele, conforme nos mostra a história. Somente a luta da maioria nacional oprimida, sob direção do proletariado, pode levar essa tarefa às últimas conseqüências, ou seja, à revolução proletária.

Saddam Hussein capitula mais uma vez

Fora o imperialismo do Oriente Médio!

O governo iraquiano negociou, com a intermediação do governo da Rússia, a reentrada dos inspetores da ONU americanos no Iraque. A capitulação se deu quando os americanos estavam prestes a atacar o país árabe. Novamente se vê a impotência do governo burguês para enfrentar a opressão imperialista. A razão está em que não dispõe a armar toda a população contra o imperialismo. Para se resistir às pressões das potências, somente o armamento popular é eficaz.

A inspeção da ONU pretende garantir que o Iraque não possa se armar de forma alguma. Pre-

tendem assim manter o Iraque como refém da ocupação americana no norte e sul do país. O domínio imperialista da região é vital para garantir o abastecimento de petróleo dos países mais poderosos do planeta. Por isso os EUA querem o Iraque e seus vizinhos sob suas rédeas curtas.

A opressão nacional também se expressa na proibição de armamento pela nação oprimida. Segundo os ditadores do planeta, somente as potências imperialistas têm o direito de se armarem com bombas nucleares, armas químicas etc.

Por isso, é uma aspecto da defesa da autodeterminação o direito ao pleno armamento. Se os árabes querem se armar até os dentes, que se armem, para enfrentar o imperialismo.

A autodeterminação do Iraque, assim como de outras nações árabes (como os curdos, que estão sob opressão iraquiana), depende de que as massas oprimidas se levantem, sob a direção revolucionária do proletariado, contra o imperialismo e o expulsem. Esse movimento levará à revolução proletária, pois a burguesia local já provou mil vezes sua impotência.

